

MORTE VIOLENTA DE MULHERES: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA DO PATRIARCADO PRIVADO AO PATRIARCADO PÚBLICO

LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega de. Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Esta resenha versa sobre a tese de doutorado Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público, de Mariana Barrêto Nóbrega de Lucena, defendida em 11 de março de 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), na Linha de Pesquisa em Violência, Crime e Segurança Pública, sob orientação do Dr. Ney Fayet de Souza Júnior. A autora é Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Ciências Jurídicas pela UFPB. Servidora técnica-administrativa da Universidade Estadual da Paraíba e advogada.

A tese teve como objetivo geral trazer novas contribuições aos estudos sobre homicídio de mulheres no Brasil ao realizar pesquisa a partir das vulnerabilidades femininas e dinâmicas atuais do patriarca-

Como citar este artigo:
MARÇAL, Julia,
BERNARTT, Maria
de Lourdes. Morte
Violenta de mulheres:
uma análise sobre
a violência do
patriarcado privado ao
patriarcado público.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 48, 2026,
p. 459-462.

Data da submissão:
25/09/2024

Data da aprovação:
06/04/2026

1. Universidade
Tecnológica Federal
do Paraná - Brasil
2. Universidade
Tecnológica Federal
do Paraná - Brasil

do, capitalismo e racismo. O problema de pesquisa proposto pela autora foi o seguinte: tendo em conta as mudanças na forma do patriarcado, nas dinâmicas de classe e de raça, ao se considerar números globais sobre homicídios de mulheres, é possível ainda inferir que os feminicídios são os principais responsáveis por essas cifras?

Para responder este problema, a tese foi composta por sete capítulos, com 243 páginas. No que se refere à perspectiva metodológica, a investigação se insere no campo da pesquisa documental, sendo realizado um estudo de caráter quantitativo e qualitativo, a partir de análises de inquéritos policiais de homicídios dolosos contra mulheres ocorridos entre 2013 e 2017, disponíveis em repartições públicas de João Pessoa/PB e Porto Alegre/RS. O estudo foi realizado no total de 126 inquéritos, sendo 63 casos em cada cidade.

Os inquéritos foram escolhidos utilizando a metodologia de análise da perspectiva situacional, nele o motivo é o elemento base para entender o homicídio. A autora identificou e separou dois motivos dos crimes: 1) homicídio de mulheres com o uso de violência sexual, sendo categorizado como feminicídio e, 2) homicídio de mulheres sem a prática de violência sexual, mas ligadas aos conflitos do narcotráfico, sendo categorizado como traficídio.

Os dados foram organizados e processados no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) sobre homicídios, abarcando alguns marcadores sociais do perfil das vítimas e dos autores. As informações coletadas indicaram que os feminicídios foram responsáveis por 14,3% das mortes em cada uma das duas capitais. As mulheres vítimas deste crime, em sua maioria, eram brancas¹ (43,7%), jovens (31,5 anos média e 30,5 anos mediana), casadas, tinham maior escolaridade/renda (50% tinham ensino fundamental completo ou incompleto), coabitavam com parceiro (33,3%) e não viviam em uma ambiência criminosa (66,7%). Os crimes foram cometidos dentro da residência (50%), com o uso de arma branca (44,4%), foram mortas por motivos relacionados à violência doméstica (72,2%), o autor sendo apenas um homem (75%) com o qual a vítima tinha vínculo doméstico, familiar ou afetivo (91,7%). Os feminicídios não tinham um componente territorial forte, acontecendo de maneira difusa, apesar de pouco acontecerem nas zonas nobres das cidades.

Já as mulheres vítimas de traficídio, em sua maioria, eram negras

(64,4%), jovens (27 anos média e 22 anos mediana), solteiras (89,1%), que não coabitavam com o parceiro(a) (73,3%), mães (45%), de baixa escolaridade (62,8% tinham ensino fundamental completo ou incompleto) e com histórico em ocupações precarizadas ou desempregadas. Além disso, a maioria delas vivia em uma ambiência criminosa (90%), os crimes foram cometidos em via pública (61%), com uso de arma de fogo (95%). A autoria do crime envolveu dois ou mais homens (69,7%) com quem a vítima não tinha vínculo doméstico, familiar ou afetivo. Os traficídios tendiam a ocorrer em alguns bairros de maneira seletiva e contra habitantes desses mesmos lugares. São crimes que geralmente acontecem em via pública. Os principais motivadores dos homicídios eram quanto à deslealdade ou descumprimento de ordem de facções do narcotráfico. Porém, a autora ressalta que nem todas as mulheres mortas tinham participação na rede de tráfico de drogas, visto que algumas foram assassinadas apenas pelo fato de residirem nas comunidades onde as organizações criminosas operam.

Nesse sentido, ao verificar que o principal motivo dos homicídios de mulheres em João Pessoa e Porto Alegre são decorrentes de relações com o narcotráfico, a autora rompeu com a ideia generalizada da literatura de que os feminicídios são praticados em decorrência de violência doméstica e familiar.

O ponto alto da tese está na análise da mudança de atuação do patriarcado, o qual não se restringe apenas ao âmbito doméstico que a mulher vive. O narcotráfico se transformou em um marcador, pois potencializa a vulnerabilidade especialmente de mulheres negras e pobres que vivem na ambiência de atuação do narcotráfico. Com a análise empírica ficou perceptível que as mulheres são afetadas de modo diferente a depender da raça e classe, demonstrando a importância do estudo interseccional do homicídio de mulheres.

Foi possível observar, em nossa leitura, que a autora responde de maneira satisfatória o problema de pesquisa, visto que se o gênero é uma categoria socialmente construída, logo, a categoria social “mulher” não é universal. Na modernidade eurocentrada capitalista, todas/os foram racializadas/os e atribuídas/os a um gênero, porém, nem todas/os são dominadas/os ou vitimizadas/os por esse processo da mesma forma. Para interpretar essas diferenças entre as mulheres, faz-se necessário realizar

uma avaliação a partir da interseccionalidade, categoria que pode ser compreendida como uma ferramenta analítica para entender e explicar as experiências humanas a partir de diversos marcadores sociais, tais como: raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outros. Por este motivo, é importante compreendermos o tema pela perspectiva interseccional para visualizar como a violência é praticada e de que forma o capitalismo patriarcal pode ser desafiado.

Por conseguinte, entendemos que a autora realizou um intenso trabalho teórico, embasado em aportes fundamentais para analisar a problemática sobre morte violenta de mulheres, rompendo com paradigma de pesquisas até então desenvolvidas. A metodologia utilizada foi essencial para entender a mudança do patriarcado privado ao patriarcado público, com informações que lançam luzes sobre as diversas formas que a violência tem atravessado os corpos das mulheres e quais são estas mulheres. A tese desenvolvida contribuirá significativamente para pesquisadoras/es sobre gênero, não apenas da área do Direito, mas também das Ciências Sociais.

NOTAS

1 A autora ressalta que Porto Alegre apresenta uma proporção mais alta de pessoas brancas que a população brasileira em geral.